



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
www.cecs.uminho.pt

Cooperação Portugal-PALOP no domínio da Comunicação Social *

Anabela Carvalho

Professora Auxiliar

carvalho@ics.uminho.pt

Universidade do Minho
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Campus de Gualtar
4710-057 Braga
Portugal

* CARVALHO, A. (1994) "Cooperação Portugal-PALOP no domínio da Comunicação Social", comunicação apresentada ao III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 4-7 Julho

Abstract

The paper examines the cooperation between Portugal and the African Portuguese Speaking Countries (APSC: Angola, Cabo Verde, Guinea-Bissau, Mozambique and S. Tomé and Príncipe) in media-relevant fields. It starts off with an outlook into cooperation activities undertaken by various countries in the APSC in such a field and assesses those initiatives in terms of linguistic and cultural significance. Next, I review the Portuguese institutional framework and the legal instruments for this kind of cooperation. The central aspect of the paper is a critical analysis of measures and projects related to training of journalists and other media professionals. The goal is to identify sensitive aspects and difficulties. I conclude with a global assessment of the Portuguese cooperation in the field of media and advance some suggestions for improvement.

Keywords: Portugal; Africa; cooperation; media; training

INTRODUÇÃO

Esta intervenção abordará a cooperação que, no domínio da comunicação social, se tem desenvolvido entre Portugal e os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP).

Podem ser realizadas actividades de cooperação por operadores com estatutos distintos. Aqui, atentaremos apenas na cooperação realizada no plano "oficial", isto é, a cooperação de iniciativa estatal e a cargo de empresas públicas.

Colocam-se, neste tema, duas questões que são fundamentais e que têm suscitado uma vasta reflexão e produção científica. Trata-se do papel dos *media* no desenvolvimento e do papel dos *media* nas relações inter-culturais.

A influência dos *media* nos processos de desenvolvimento pode ser muito grande. São importantes motores de mudança nos planos social, económico e cultural. Desempenham uma função de relevo na construção, articulação e manutenção das várias formas de identidade colectiva.

Os *media* são, também, veículos poderosos de divulgação cultural e linguística e neles têm lugar dinâmicas de influência muito relevantes.

Nesta intervenção, não temos como objectivo reflectir sobre estas questões mas elas são um pano de fundo crucial para o nosso tema concreto.

Os nossos objectivos são os seguintes:

- analisar as principais dimensões da cooperação oficial entre Portugal e os PALOP no domínio da comunicação social;

- identificar os pontos sensíveis e os principais problemas que se colocam nessa cooperação.

Não se pretende, de forma alguma, ser exaustivo nem apresentar um trabalho final. Procura-se apenas identificar alguns aspectos problemáticos e algumas pistas de estudo.

Em primeiro lugar, vai-se descrever as principais acções de cooperação desenvolvidas por outros países relativamente à comunicação social dos PALOP e a situação da língua portuguesa nesses países.

De seguida, apresentar-se-á, sumariamente, o quadro institucional da cooperação portuguesa junto dos PALOP no domínio em análise.

Finalmente, far-se-á uma análise crítica dessa cooperação.

I. ACCÇÕES DE COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL DESENVOLVIDAS POR OUTROS PAÍSES NOS PALOP

Em quase todos os PALOP tem aumentado a penetração de alguns importantes países industrializados.

A **França**, com uma forte estratégia de expansão cultural, tem procurado reforçar a sua presença na Guiné-Bissau (o caso mais conhecido) e também em Cabo Verde.

Na **Guiné**, tem vindo a intensificar-se a utilização da língua francesa, em detrimento do português, que corre um sério risco. A sua localização geográfica numa

zona de forte implantação francófona e a sua dependência quase exclusiva de países limítrofes no que respeita a bens essenciais pressupõe ser difícil a manutenção da língua portuguesa na maior percentagem da população.

A poderosa política cultural e linguística francesa tem também contribuído fortemente para uma crescente adopção do francês neste país. A França tem, para tal, por um lado, apostado na Educação.

Por outro lado, consciente da importância dos meios de comunicação social para a difusão da língua começou, muito antes de Portugal, a procurar conquistar espaços na área da comunicação social. Criou uma excelente rede de difusão da Radio France International. Tem procurado penetrar na Rádio Nacional da Guiné, onde tem um programa diário de uma hora para o ensino da língua. Neste programa são realizados concursos e oferecidos prémios, o que constitui, obviamente, um importante aliciente para os ouvintes/participantes. Tem conseguido alcançar níveis de audiência que as pessoas que entrevistámos estimaram bons, embora não se conheçam estudos de audiência.

No que se refere a televisão, a França tem vindo a oferecer antenas parabólicas para captação e emissão dos canais franceses. Os seus programas musicais, bem como os documentários, têm um grande êxito.

A impressão consensual dos nossos entrevistados é a de que as gerações mais novas se revelam cada vez mais receptivas à língua francesa e cada vez menos à língua portuguesa que se vê seriamente perigar.

Com Portugal, só em 1987 se realiza o protocolo para implantação de televisão na Guiné-Bissau.

Relativamente a **Cabo Verde**, a Ministra da Cultura desse país salientou em Fevereiro deste ano, em Portugal, os esforços que a França tem feito, ao longo dos 20 anos de independência de Cabo Verde, no sentido da divulgação da língua francesa (Capital, 94.03.01).

Há poucos dias, a Radio France International começou a emitir 24 horas de rádio para Cabo-Verde: 22 horas em francês e apenas 2 horas em português. A Radio France International realizara, no ano passado, um acordo com o governo cabo-verdiano pelo qual as antenas da Rádio Nacional de Cabo-Verde lhe foram cedidas para as suas emissões.

Portugal enfrenta também a concorrência da França no campo da formação profissional dada aos nacionais dos PALOP na área da comunicação social.

Os **EUA** instalaram, em 1993, em **São Tomé e Príncipe**, duas antenas parabólicas de extraordinária potência, para transmissão da Voice of America, que cobrirão uma zona que vai da Costa do Marfim até ao Norte de Angola. A partir de São Tomé e Príncipe, há emissões em inglês, francês e português da Voice of America, que tem o 2º mais alto nível de audiências de rádio nos PALOP, segundo um estudo realizado pela BBC em 1991-2.*

A posição geoestratégica de São Tomé e Príncipe explica esta opção.

Este país é igualmente cobiçado pela **Alemanha** para instalação de centros de comunicações.

Por outro lado, temos o caso de **Moçambique** sob forte influência da língua inglesa. A dependência económica da **África do Sul** é manifestamente grande. As multinacionais sul-africanas são grandes empregadoras de mão-de-obra moçambicana. Por outro lado, a África do Sul tem apoiado fortemente a construção de algumas infraestruturas em Moçambique.

A Radio South Africa tem uma forte penetração em Moçambique e é, entre outros, um motor de crescimento do inglês. Moçambique publicitou já, como é conhecido, a sua intenção de adoptar o inglês como língua oficial e de aderir à Commonwealth, esta última estando também nos planos de Angola.

* IBAR, *The BBC in Lusophone Africa*, Londres, 1991-2.

O IBAR é um departamento da BBC vocacionado para o estudo de audiências.

Em Moçambique, há também a registar a presença forte da **Espanha**, da **Itália** e do **Brasil** em acções de cooperação que abrangem desde o ensino ao comércio, da saúde à agricultura.

Em **Angola**, encontramos, igualmente, vários países a desenvolverem iniciativas de cooperação. Destacam-se a **Espanha** e também a **Itália**, os **EUA**, o **Brasil**, a **Grã-Bretanha** e a **Alemanha**.

Todos os países referidos têm um interesse crescente na cooperação com os PALOP nos diversos domínios. Na generalidade, têm interesses económico-financeiros muito fortes nestes novos mercados. A influência linguística e cultural que procuram exercer abre vias para a influência económica.

Parece-me óbvio que Portugal se encontra já diminuído face a outros países, que através de poderosos organismos e estratégias congruentes têm feito expandir a sua língua, a sua cultura, enfim, os seus interesses. No campo específico da comunicação social, releve-se o facto de, num estudo de audiências realizado em 1992 pela BBC (já referido) tanto esta estação como a Voice of America suplantarem a RDP Internacional - Rádio Portugal.

II. QUADRO INSTITUCIONAL DA COOPERAÇÃO PORTUGAL-PALOP NO DOMÍNIO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E ENTIDADES ENVOLVIDAS

Procurarei descrever o quadro institucional que configura, a níveis vários, os princípios directores da cooperação entre Portugal e os PALOP, e referir as entidades que participam nesse processo.

Após a independência das cinco colónias portuguesas em África foram realizados, entre Portugal e esses novos Estados, **Acordos Gerais de Cooperação** (no caso de Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe - Acordos Gerais de Cooperação e Amizade). À excepção de Angola, com quem o Acordo Geral de Cooperação foi assinado em 1978, todos os outros foram assinados em 1975.

Tais acordos apontam como objectivos comuns a Portugal e cada um desses Estados o reforço dos laços de amizade e solidariedade existentes entre os respectivos povos, o que seria realizado por uma política comum de cooperação. A cooperação, afirma-se, deverá ocorrer nos domínios económico, financeiro, técnico, científico, cultural e outros (judicial, diplomático e consular) para o que é prevista a realização de acordos sectoriais. Os Acordos Gerais de Cooperação definem o enquadramento básico de todos os programas de cooperação a desenvolver.

Os **Acordos Culturais** previstos vêm a ser assinados em 1977 com Cabo Verde, em 1978 com a Guiné Bissau e em 1979 com Angola, não se efectuando nem com Moçambique nem com São Tomé e Príncipe.

O Acordo Cultural com cada um dos PALOP enuncia as áreas da cultura, de educação, da ciência, da técnica, e da língua como importantes nas relações entre os Estados em questão. Nestes acordos, refere-se também a intenção de desenvolver a cooperação nos domínios do jornalismo, da radiodifusão e da televisão. Este instrumento legal ao especificar estas áreas prefigura, para as mesmas, vias de desenvolvimento futuro.

Com Cabo Verde e Guiné Bissau são também realizados **Acordos de Cooperação Científica e Técnica** em que se identificam algumas acções de cooperação a levar a cabo, essencialmente por Portugal, que se compromete a disponibilizar cooperantes, a fornecer assistência científica e técnica e, apoiar todo o desenvolvimento educativo, científico e tecnológico dos dois PALOP.

Estes Acordos definem alguns objectivos e prevêm algumas acções de carácter geral, em que poderão integrar-se projectos no domínio da comunicação social, o mesmo acontecendo com os **Acordos de Cooperação nos Domínios do Ensino e da Formação Profissional**, assinados com vários destes países. Os últimos delimitam as condições de implementação de programas de assistência técnica e de acções de formação. Como tal, são também de considerar para o domínio da comunicação social.

O aprofundamento da cooperação com os PALOP revelou a necessidade de serem estabelecidos **Acordos de Cooperação** específicos **para o Domínio da Comunicação Social**. São efectuados com todos os PALOP, à excepção de Angola.

Distinguem-se quatro campos para o desenvolvimento desta cooperação - a **assistência técnica**, a **formação profissional**, o **intercâmbio** e a **circulação de jornalistas** e a **circulação de informação**.

Na sequência destes Acordos, várias empresas de comunicação social portuguesas assinaram **Acordos** (ou **Convénios** ou **Protocolos**) de Cooperação com as suas congéneres dos PALOP.

Entre 1987 e 1989 a **Radiotelevisão Portuguesa** (RTP) realiza tais Acordos com a **Televisão Experimental da Guiné Bissau** (TVEGB), com a **Televisão Popular de Angola** (TPA) e com a **Televisão Experimental de Moçambique** (TVEM) e com a **Televisão Experimental de São Tomé e Príncipe** (TESTP).

São igualmente estabelecidos acordos entre a **Radiodifusão Portuguesa** (RDP) e as Rádios Nacionais dos PALOP bem como entre a **Agência de Notícias de Portugal** (ANOP) - posteriormente **LUSA** - e as Agências Noticiosas desses países.

Para além da RTP, da RDP e da LUSA, também o CENJOR - **Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas** tem assumido tarefas em matéria de cooperação, nomeadamente concedendo formação em diversas áreas do jornalismo a pessoas oriundas dos PALOP.

É às empresas públicas de comunicação social que cabe efectivar os projectos intergovernamentais de cooperação.

Formalmente, prevê-se que os programas destes vários operadores sejam coordenados pelo **Instituto para a Cooperação Portuguesa**, instituição que veio substituir a Direcção Geral da Cooperação. A tutela da cooperação cabe, em última instância, ao **Ministério dos Negócios Estrangeiros**.

Os instrumentos jurídicos apontados são muito importantes na medida em que definem os contornos formais da cooperação. Não é, aqui, no entanto, nossa finalidade desenvolver uma análise intensa dos mesmos.

A nossa atenção será fundamentalmente orientada para o plano da prática, o plano das acções projectadas e realizadas com base nesses instrumentos legais.

III. ANÁLISE CRÍTICA DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA COM OS PALOP NO DOMÍNIO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Evitando a descrição pormenorizada de todos os programas sectoriais que cada um dos operadores atrás referidos tem implementado, vamos procurar fazer uma avaliação global da cooperação realizada no domínio da comunicação social, apontando, como planeámos, pontos sensíveis, dificuldades e problemas.

A nossa análise será organizada em dois níveis: um nível específico e um nível geral.

No nível específico, vai-se referir apenas uma das múltiplas questões passíveis de análise - a **formação profissional** de nacionais dos PALOP (que é uma das actividades de cooperação previstas nos acordos)

Num plano mais geral, apontar-se-ão alguns **problemas de índole global** detectáveis na cooperação portuguesa.

Formação profissional

No campo da formação de profissionais para a comunicação social, verificámos a ocorrência daquilo que se nos afigura como vários erros. Tais erros (ou falhas) terão vindo a ocasionar uma perda significativa dos investimentos aí realizados. Vamos sintetizá-los em três.

A.

A **formação tem sido dada quase exclusivamente em Portugal**, onde os formandos encontram condições de trabalho substancialmente diferentes daquelas em que trabalharão nos seus países de origem.

Por um lado, nas empresas portuguesas de comunicação social encontram capitais humanos e técnicos com que não poderão contar nas congéneres dos seus países, pelo que terão depois, já sem apoio, de desenvolver um esforço adaptativo intensíssimo.

Por outro lado, as condições de exercício do jornalismo, no que se relaciona com liberdade de expressão, não são, igualmente, comparáveis, pelo que a prática de

recolha e tratamento de dados e de construção da informação aprendida cá será fortemente condicionada e mesmo reprimida lá.

As acções de formação realizadas em Portugal apresentam, também, várias desvantagens financeiras relativamente à sua realização nos próprios países.

Recentemente, algumas instituições têm vindo a consciencializar-se das vantagens que oferece a concessão da formação nos próprios PALOP. A RDP e, em menor medida, a RTP, têm promovido a realização de mais acções de formação nesses países - nas condições concretas de trabalho dos profissionais da comunicação social.

B.

Tem-se investido, maioritariamente, na **formação de base**, e não na **formação de formadores**.

A prática que se tem adoptado significa que o investimento de formação se esgota nas pessoas dos formandos que se deslocam a Lisboa. A formação de formadores conduziria à reprodução dos conhecimentos assimilados.

Pensamos que a aposta na formação de quadros superiores que a RDP começa a fazer é positiva.

C.

As instituições portuguesas encarregadas da formação têm concedido às partes africanas uma **autonomia de decisão** que nos parece **excessiva**. Têm-se limitado a aceitar os pedidos que, em matéria de formação, as suas congéneres lhes dirigem.

Pensamos que as instituições portuguesas, com uma experiência bastante maior, poderiam ter um papel importante na avaliação das necessidades das empresas

dos PALOP, passando, quer o tipo de curso a realizar, quer os contingentes e o perfil dos formandos, a ser discutidos entre as duas partes.

Não estipulando requisitos precisos relativamente aos formandos as entidades portuguesas têm-se defrontado com níveis de formação inicial extremamente insuficientes o que complica, ou inviabiliza mesmo, a formação a conceder. Tem-se verificado que a selecção de formandos realizada pelos PALOP assenta em critérios muito pouco profissionais e objectivos.

A RTP, ultimamente, tem procurado obviar estas situações requerendo que sejam respeitadas algumas regras.

Problemas genéricos

Duma análise global, e com alguma sistematicidade, da cooperação portuguesa com os PALOP no domínio em causa, emergem diversas deficiências no plano da concepção dos programas de acção relacionadas com **falta de planeamento**. É também notória a **falta de gestão estratégica** neste domínio.

As acções têm surgido de forma relativamente aleatória, decorrendo, sobretudo, de solicitações apresentadas pelos PALOP. Não se têm efectuado estudos sistemáticos e integrados das necessidades dos PALOP em matéria de comunicação social, o que resulta, quer a nível de cada instituição, quer a nível global, em iniciativas desconexas.

Portugal tem revelado uma grande **falta de iniciativa**. Só por pedido dos PALOP realizamos acções de cooperação. Só quando a preponderância da cooperação desenvolvida por outros países se nos torna evidente, decidimos reanalisar a nossa posição e despoletar novos projectos. Isto tem levado a grandes perdas de tempo.

início dos processos de cooperação no domínio da comunicação social foi, ele próprio, muito tardio.

Uma **falta de visão a longo prazo** tem-se traduzido na **pequenez** e na **timidez** das acções desenvolvidas por Portugal. Os meios financeiros disponibilizados pelo governo têm sido manifestamente escassos. O já limitado número de acções a que o Estado português se compromete dar execução, fica, com muita frequência, por completar devido aos **insuficientes dispositivos orçamentais** que lhes são consagrados.

É fundamental investir mais na cooperação nesta área, recorrer aos fluxos financeiros da União Europeia e outros. Para tal é imprescindível que **aumente o empenho político** nesta questão.

A consulta realizada junto de vários organismos oficiais envolvidos na cooperação na área da comunicação social e a análise de múltiplos documentos revelou-nos existir uma grande **falta de comunicação** e, sobretudo, **de coordenação** entre esses organismos. Cada instituição elabora os seus planos de actuação e executa-os sem conhecimento dos restantes operadores sectoriais. Tratando-se de instituições que operam em domínios com vários pontos de intersecção e complementares entre si - a imprensa escrita, a rádio e a televisão - pensamos que será premente desenvolver um debate intenso quanto a **objectivos e prioridades** e alcançar uma **concertação de esforços** para uma melhor **articulação de actividades**. A coordenação entre os vários responsáveis pela comunicação social (em imprescindível diálogo permanente com os beneficiários da assistência a conceder) poderá resultar num **aumento da eficácia dessa assistência**.

Com base nos argumentos apresentados questionamos a validade, até ao momento, da expressão "POLÍTICA PORTUGUESA DE COOPERAÇÃO no domínio da comunicação social".

O projecto de desenvolvimento auto-sustentado, e mesmo de dissociação económica e cultural relativamente ao Ocidente, que alimentou sonhos de autonomia dos Países em Vias de Desenvolvimento revelou a sua absoluta inviabilidade. O desenvolvimento de cada país tem, inevitavelmente, de se fazer na relação com os outros. Sem o concurso de capitais (culturais, tecnológicos, económicos) externos os países africanos não poderão potenciar o seu desenvolvimento. Naturalmente, estes países terão que fazer opções cuidadosas e reflectidas nessa assimilação dos produtos estrangeiros.

Por seu lado, Portugal deve apresentar claramente aos PALOP as suas vantagens relativamente a terceiros. Deve **investir muito mais** e investir de uma forma **consistente** na cooperação no domínio da comunicação social, pois esta pode abrir-lhe grandes espaços de comunicação e intervenção a todos os níveis e contribuir, também, para o reforço dessa Comunidade dos Países de Língua Portuguesa que se projecta.